

O CINQUENTENÁRIO DOS PARQUES INFANTIS DE SÃO PAULO: 1935/1985

João Pedro da FONSECA *

RESUMO: No jubileu de ouro dos parques infantis paulistanos, o autor apresenta algumas informações a respeito de sua fundação e seus primeiros anos. Usando como fontes algumas entrevistas, depoimentos e artigos do período estudado, procura mostrar o que foram os parques e extrair algumas lições para a educação infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Parque infantil. Educação pré-escolar. Educação infantil.

INTRODUÇÃO

Em 1985, celebrou-se o cinquentenário dos parques infantis de São Paulo. As comemorações, mais do que manifestação de saudosismo, devem ser oportunidade de reflexões e de aprendizagem de lições que a história nos oferece.

Já se disse que o Brasil é um país sem memória, que não sabe cultivar o seu passado. No que se refere aos parques infantis paulistanos, esta crítica justifica-se plenamente.

O objetivo deste artigo é dar uma pequena contribuição ao estudo dos parques infantis em sua primeira fase, que vai do início de 1935 ao final de 1937, isto é, da sua criação, até a perseguição, exílio ou expulsão dos seus criadores pela ditadura estadonovista e seus prepostos em São Paulo.

Trata-se de um período muito curto, razão pela qual o artigo versará mais sobre sonhos, projetos e objetivos do que sobre realizações.

As fontes utilizadas consistem de entrevistas com alguns que viveram a experiência relatada, como Paulo Duarte, Nicanor Miranda e Maria Aparecida Junqueira Duarte, artigos do jornal "O Estado de S. Paulo", "Revista do Arquivo Municipal", "Revista Anhembi" e os livros de Paulo Duarte: "Mário de Andrade por ele mesmo" e "Selva Obscura — Memórias (vol. III)".

* Professor Assistente do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação. Faculdade de Educação. USP.

As fontes apresentam uma limitação que precisa ser ressaltada: os pontos de vista expostos são do ângulo situacionista, isto é, de quem viveu a experiência ou com ela se simpatizou. Explica-se então o caráter entusiasmado, eufórico e apaixonado das manifestações. Trata-se da visão unilateral de alguns dos "vencidos" que foram perseguidos, demitidos, expulsos e até exilados e viram seus sonhos transformarem-se em pesadelos. Este trabalho é, portanto, incompleto e parcial. Pesquisas mais amplas e profundas — que espero ver realizadas — poderão levar a uma melhor compreensão do que foram os primeiros anos dos parques infantis e os tempos que se seguiram até a sua substituição pelas escolas municipais de educação infantil.

SÃO PAULO, 1935

Claude Levi-Strauss, em seu clássico livro "Tristes Trópicos", dá uma idéia do que era São Paulo no ano da criação dos parques infantis. Diz o antropólogo francês: "Em 1935, os paulistas se gabavam do ritmo de construção em sua cidade; a média de uma casa por hora. Tratava-se, então, de palacetes; asseguram-me que o ritmo continua o mesmo mas para os grandes edifícios. A cidade desenvolve-se com tal rapidez que é impossível encontrar-lhe um mapa: cada semana exigiria uma nova edição. Dizem mesmo que a gente se arrisca, indo de táxi a um encontro combinado algumas semanas antes, a chegar com um dia de avanço sobre o bairro..."¹

Para melhor compreender o contexto em que são criados os parques infantis paulistanos, precisaríamos tecer um perfil social, econômico, político e cultural da época, analisar os acontecimentos como a I Guerra Mundial, a Semana de Arte Moderna, a crise da oligarquia cafeeira, a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932 e suas repercussões na vida do país, do Estado e da cidade de São Paulo.

Os fenômenos que mais chamam a atenção e que maior influência vão exercer sobre a fundação dos parques infantis são a industrialização e a urbanização.

Pela leitura dos documentos da época, observa-se que os parques infantis deveriam ser construídos e instalados, preferencialmente, nos bairros operários, nas proximidades de escolas e casas de apartamentos. Era preocupação dos fundadores a criação de uma instituição de prevenção social, que tirasse as crianças da rua, afastando-as dos perigos morais e físicos e oferecendo-lhes um lugar de guarda e proteção. Esse objetivo levou alguns apressados "exegetas" dos parques a lhes atribuir, incorretamente, o papel de "depósito" de crianças.

1. LEVI-STRAUSS, Claude — "Tristes Trópicos" — Tradução de Wilson Martins — São Paulo, Anhembi, 1957, p. 97.

A verdadeira dimensão dos parques não foi ainda devidamente entendida o que explica a existência de alguns preconceitos contra esta instituição cuja história precisa ser estudada.

ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS

Os parques infantis do município de São Paulo, idéia lançada por Anhaia Mello, tem sua origem na administração Fábio Prado que criou, em 9 de janeiro de 1935, o Serviço Municipal de Jogos e de Recreio (Ato n.º 767), denominação modificada para Serviço Municipal de Parques Infantis, em 15 de fevereiro do mesmo ano (Ato n.º 795). Ligados inicialmente ao gabinete do prefeito, transformaram-se na Seção dos Parques Infantis do Departamento de Cultura e de Recreação, criado em 30 de maio também de 1935 (Ato n.º 861). Esta estrutura seria modificada pelo Ato n. 1146 de 4/7/1936 que, segundo Paulo Duarte, serviu de assunto a um programa inteiro de Direito Administrativo na Faculdade de Direito de São Paulo, representou o coroamento da organização municipal e calcificou a espinha dorsal da organização administrativa do município.

Devemos enfatizar o fato de que os parques infantis surgem como parte da estrutura de um Departamento de Cultura e não de Ensino. Enquanto os parques infantis têm sua origem em 1935, somente em 1956 a prefeitura do município de São Paulo cria um departamento de ensino. Enquanto aquele comemora o seu jubileu de ouro, este acabou de comemorar o jubileu de prata.

No governo do Estado estava Armando de Sales Oliveira, na prefeitura Fábio Prado. Paulo Duarte era o "braço direito" do prefeito e o principal responsável pelas criações culturais. Mário de Andrade foi o primeiro diretor do Departamento de Cultura. Muitos outros nomes poderiam ser citados, mas gostaríamos de destacar Nicanor Miranda e Maria Aparecida Duarte que, a exemplo de Paulo Duarte, concederam-nos entrevistas esclarecedoras a respeito dos parques infantis. Mais adiante, voltaremos a falar deles.

AS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL, A EDUCAÇÃO E A CULTURA

Em entrevista concedida ao jornal "O Estado de S. Paulo", o prefeito Fábio Prado justificava a preocupação da municipalidade com a educação e a cultura, fundamentando-se na necessidade de cumprimento de preceitos constitucionais.

Parece-nos oportuno citar alguns artigos tanto da Constituição Federal de 1934 quanto da Constituição Estadual de 1935, embora não estejamos convencidos de que se possa estabelecer, com segurança, vinculação entre as exigências constitucionais e a "política cultural" do prefeito Fábio Prado,

já que os sonhos e projetos dos fundadores do Departamento de Cultura são anteriores às referidas Constituições. A presença destes preceitos não deve, entretanto, ser considerada inócua. Tem sua razão de ser como "justificativa" da destinação de recursos para as finalidades culturais e educacionais.

Da Constituição Federal, destaquem-se os seguintes artigos:

Artigo 148 — Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Artigo 149 — A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Artigo 156 — A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo Único — Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.

Quanto à Constituição Estadual, de 9 de julho de 1935, vale a pena citar os artigos que tratam da assistência social (Título V, artigos 79 e 80) e da educação (Título VI, artigos 81 a 84).

Artigo 79 — Cabe aos Estados e aos Municípios coordenar e assegurar os serviços sociais, criando os necessários departamentos especializados, com o fim de:

- a) promover o amparo aos desvalidos;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, ou abandono físico, moral e intelectual;
- f) restringir a mortalidade e a morbidade infantis;
- g) impedir a propagação de doenças transmissíveis;
- h) cuidar de higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais;
- i) prestar socorros públicos de urgência;
- j) animar a iniciativa particular, nas matérias acima referidas.

Artigo 80 — O Estado e os Municípios destinarão um por cento, das respectivas rendas tributárias, para o amparo à maternidade e à infância.

Artigo 82 — O Estado aplicará, no serviço de educação, nunca menos de vinte por cento, e os Municípios, nunca menos de dez por cento, das rendas resultantes de impostos, sendo essa porcentagem empregada, principalmente, no ensino primário integral, ou profissional agrícola, respeitados os interesses locais.

Artigo 83 — O Estado e os Municípios reservarão uma parte de seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

Parágrafo Único — Parte dos mesmos fundos será aplicada em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, médica e dentária e criação de colônias de férias.

Vale a pena ressaltar o preceito da vinculação de recursos à educação. Inegavelmente este é um aspecto importante porque é indicativo de que o Estado assume o compromisso educacional.

Observe-se ainda que na Constituição Estadual enfatiza-se não apenas o dever da educação por parte do poder público, mas também o da assistência. Talvez isso ajude a entender o caráter não apenas educacional, mas também assistencial dos parques infantis.

Finalmente, lembre-se que nenhuma das Constituições menciona faixa etária nem faz alusão explícita ao pré-escolar, referindo-se ao amparo à infância. Por que a prefeitura paulistana estabeleceu a idade de três anos para o início de amparo à infância? Por que determinou a faixa de três a doze anos para o atendimento nos parques infantis, sendo, portanto, precursora da educação e assistência ao pré-escolar, embora os parques infantis extrapolassem esse limite que é até os sete anos? Não temos a resposta, mas gostaríamos de chamar a atenção para este detalhe, pois, em termos de Brasil, apenas quarenta anos depois, o Ministério da Educação e Cultura começaria a se preocupar com a pré-escola. Cinquenta anos depois da criação dos parques infantis de São Paulo, o panorama da educação e assistência ao pré-escolar no Brasil continua desolador, com alguns programas de “amostras” que atendem a uma parcela ínfima da população infantil. Voltemos, porém, a cinquenta anos atrás e continuemos com os aspectos históricos.

O DEPARTAMENTO DE CULTURA

A vida e a morte do Departamento de Cultura foram contadas pelo combativo Paulo Duarte nas páginas de “Mário de Andrade por ele mesmo” e em várias passagens de suas “Memórias”. Conta ele que o Departamento era um sonho de um grupo de intelectuais que se reuniam em um apartamento da avenida São João para trocar idéias e projetos. Estes sonhos, diziam eles, se realizariam quando o grupo “se tornasse governo”, oportunidade que surgiu com “dois homens lúcidos na administração, o prefeito da cidade e o governador do Estado” que fizeram o Brasil viver o seu último intervalo lúcido, de 1933 a 1937”.

Criado pelo Ato n.º 861, de 30/5/35, o Departamento de Cultura contava com uma Seção de Parques Infantis cujas atribuições foram definidas pelos artigos 41 a 49. São ratificados os princípios e os objetivos expostos no Ato n.º 767, de 9/1/35, enfatizando-se a busca de bem-estar

da infância por meio de atividades lúdicas, educação sanitária, preservação e previsão social, defesa do folclore e das tradições locais e nacionais. A chefia do Serviço de Parques Infantis seria entregue a um higienista ou educador que contaria com administrador, médico, dentista e instrutores.

O artigo 46 determinava a criação de uma Comissão Municipal de Parques Infantis, constituída de:

- 1 — um representante do Serviço Sanitário do Estado
- 2 — um representante da Diretoria de Ensino do Estado
- 3 — um representante do Departamento de Educação Física do Estado
- 4 — diretor do Instituto de Higiene do Estado
- 5 — professor de biologia educacional do Instituto de Educação da USP
- 6 — um representante de instituições particulares de assistência e proteção à infância.

O Departamento de Cultura tinha uma estrutura complexa que abarcava vários campos e cumpriria uma grande missão se os sonhos de seus fundadores não tivessem sido “congelados”. Tinha estreita relação com a Universidade de São Paulo, como se pode observar pelos depoimentos de Paulo Duarte e Fábio Prado.

Paulo Duarte declara: “Duas coisas consolam a gente de todas as porcarias. A fundação da Universidade e do Departamento de Cultura. Ambos nos fazem acreditar que se delineia um esplêndido renascimento. Ambos já são uma realidade! Oxalá o novo movimento vá até o fim”.²

Fábio Prado também estabelece uma relação entre as duas instituições: “A Universidade de São Paulo precisava ter institutos colaboradores de sua obra formidável. Às municipalidades e até a particulares cabe o dever de organizar e sustentar esses órgãos”.³

Tendo uma origem comum e o mesmo grupo fundador, a Universidade de São Paulo e o Departamento de Cultura faziam parte de um mesmo projeto cultural para o Município, para o Estado e para o País. É Paulo Duarte que conta: “Nós sabíamos que o Departamento era o germe de um Instituto Brasileiro de Cultura. Primeiro, um Instituto Paulista, que Armando Sales no governo já nos garantiria... Depois, com Armando Sales na Presidência da República, seria o Instituto Brasileiro, uma grande fundação libertada da influência política... Tivéramos uma idéia genial que Armando

2. DUARTE, Paulo — “Memórias — (Vol. III) Selva Oscura”. São Paulo, Hucitec, 1976, p. 282.

3. Entrevista a “O Estado de S. Paulo”, 3/3/36.

Sales aprovou: os Institutos de Cultura assistiriam com assiduidade todas as grandes cidades, com a colaboração da Universidade, porque, não comportando evidentemente essas cidades uma Faculdade, teriam contato íntimo com esta, através de conferências, cursos, teatro, concertos, etc. . . .”⁴

Outro detalhe, que talvez poucas pessoas conheçam, é a presença de Mário de Andrade como primeiro diretor do Departamento de Cultura. Referindo-se aos parques infantis, em carta endereçada à Professora Maria Aparecida Duarte, diz ele: “O resto que eu tenho é um desapoderado entusiasmo pelos parques infantis e pelas crianças, pelo trabalho da senhora”.⁵

Não estamos, porém, diante de uma história com final feliz. Na correspondência entre Paulo Duarte e Mário de Andrade, temos um relato apaixonado dos (des)caminhos da cultura após a ditadura estadonovista. Com expressões amargas, relata Paulo Duarte: “. . . Mas um dia aziago, chegaram os matuiús do facismo, de pés virados, calcâneos para frente. . . energúmenos impediram a construção dos verdadeiros alicerces culturais. . . hominóides implantaram no Brasil a vergonha do Estado Novo. . .”. Referindo-se ao Brasil de então, diz ele: “terra burra. . . meio pouco permeável à verdadeira cultura. . . país de velhotes espirituais. . . terra do amanhã e da tapeação”. Em relação aos caminhos que tomou o Departamento de Cultura, ele identifica tendências burocratizantes, politiquice e protecionismo: “O Departamento de Cultura, outrora subordinado ao prefeito, passou a fazer parte de uma secretaria municipal invertebrada, absurda, caríssima, inútil, parasitária, inconveniente e pernicioso, como se revelaram quase todas as secretarias criadas na administração municipal”.⁶

Paulo Duarte e Armando Sales Oliveira são exilados; Fábio Prado recolhe-se à sua fazenda de Araras. O diretor do Departamento, Mário de Andrade, vai para o Rio de Janeiro. Na interventoria do Estado é colocado Ademar de Barros e, na prefeitura, Prestes Maia, a respeito de quem Paulo Duarte dirá: “o sr. Prestes Maia nunca foi um prefeito, mas um diretor de obras”.⁷

Mário de Andrade, que um dia dissera a Paulo Duarte “você vai acabar com o meu sossego, m’ermão”, lamenta: “Então te odeio por você ter me excitado a vaidade com essa f-da-p de diretoria do Departamento de Cultura”⁸ e desabafa: “Isso foi num tempo antidiluviano em que se falava na existência de um Departamento de Cultura que teve a estupidez de ser cultural nesta Loanda”.⁹

4. DUARTE, Paulo — “Mário de Andrade por ele mesmo”. São Paulo, EDUART, 1971, p. 55.

5. Idem, *ibidem*, p. 161.

6. Idem, *ibidem*, p. 70.

7. DUARTE, Paulo, *op. cit.*, p. 160.

8. Idem, *ibidem*, p. 180.

9. Idem, *ibidem*, p. 37.

Com a “neblina do Estado Novo”, a “noite tenebrosa da ditadura”, a “invasão de uma horda de bárbaros”, o Departamento de Cultura e, conseqüentemente, os parques infantis iniciam, a partir de 1938, um processo involutivo, encerrando-se sua primeira fase (segundo entrevista que me concedeu Paulo Duarte, em 1974).

PARQUES INFANTIS, DEPOIMENTOS

Não foram poucas as manifestações entusiásticas a respeito dos parques infantis de São Paulo. Decidimos incluir algumas neste artigo, apesar de longas, porque nos ajudam a conhecer essas instituições no momento de sua criação, sem o “viés” do tempo.

Afrânio Peixoto relata suas impressões após visitas aos parques, em 1936: “... Mas, o meu entusiasmo reservo-o aos parques infantis... Novidade? Para o Brasil, talvez. São Paulo, como devia ser, os inicia como Suécia, Dinamarca, Inglaterra, Norte América lhe ensinaram... Essa criança errante, pelas ruas, praças, ao vício, à perversão, ao jogo, às observações precoces mal-sãs, são aspiradas pelos ‘play-grounds’, onde as atividades divertidas dos brincos, das piscinas, das marchas, com passagem pelo gabinete do dentista, o consultório do médico, a sala de merenda com o copo de leite, dão saúde, ordem, socialização, o que é o outro nome, complexo, de educação... Esses parques são escolas ‘leigas’, ao ar livre. Herbert Spencer, que louvava a escola ‘buissonière’, a aula filada no caminho, ficaria encantado se visse todas as escolas feitas parques infantis, de saúde, alegria, convivência, socialização, educação numa palavra... outra escola, no caminho da aula filada. Ninguém escaparia à educação. Uma maravilha de parques infantis de São Paulo! E não vi um, vi todos, da Lapa, do Ipiranga, do Pedro II... Por isso, ao cair de uma tarde morena, saindo de um parque fervilhante de crianças e de futuro, não me contive, e fiz escandalosa confidência a uma moça jornalista, ao lado, do meu embevecimento... Eu não dizia, mas sentia que São Paulo me consolava do Brasil... Agora, vendo o seu Departamento de Cultura, proclamo que tenho orgulho de São Paulo”.¹⁰

Em artigos do jornal “O Estado de S. Paulo” ou nas páginas da “Revista do Arquivo Municipal” encontramos outros depoimentos interessantes que passamos a transcrever:

“São filhos de operários — sim, para eles são feitos os parques — que, tendo freqüentado a escola pela manhã, vêm à tarde ao parque e já não querem outra vida, se não esta que o governo lhes dá em lenta e eficiente obra de educação social. Entre esse serviço e o escolar, nenhum traço de conexão. Suas duas coisas inteiramente independentes... Pois, não se pense que não são governados... e por mandatários legitimamente eleitos pelos cidadãos dessa república-mirim a que a outra, a velha, a nova ou guassu, teria de invejar muita coisa... No clube que

10. “O Estado de S. Paulo”, 6/12/36.

ali se organizou, há eleições e cabala, há disputas, há voto secreto e longos debates parlamentares, sem que neles intervenha, para dar a direção do parque... Que maravilha de organização! que sistema educativo! Dentro da aparente liberdade absoluta, quanta ordem! Nas mínimas coisas, transparecem os resultados dessa educação assim dirigida, sem olhar preconceitos de raça, nem condições sociais, só procurando servir as famílias pobres que não tendo um palmo de terreno, em sua casa, para ali enviam os seus filhos que ali estarão em boas mãos... Não se pense, entretanto, que, ali, só se vai brincar, saltar, tomar banho, leite e nada mais. Dependências diversas do pavilhão que é o eixo de toda a atividade do parque, estão destinadas ao estudo, à leitura, ao trabalho de quem quiser estudar, ler ou trabalhar. Tudo sem horários, sem os deveres de regime escolar, sem as obrigações de tarefa".¹¹

"Parques infantis. Não são eles, como se poderia supor, meros campos de recreio onde a criançada vá se entreter algumas horas, mas um lugar onde se está processando uma obra de caráter educacional... As crianças sentem-se como num grupo escolar ideal, onde não falta o médico, a professora, o esporte, e principalmente, a liberdade".¹²

"Foram concluídos quatro parques infantis, uns já franqueados, outros em vias de serem franqueados. E de quantos carece a nossa Capital para gozo e saúde das gerações novas? Carece de mais cento e vinte e cinco, pelos cálculos já feitos, e que foram consubstanciados no projeto primitivo... Os arrabaldes populosos ainda não foram contemplados. Dois foram elevados perto de fábricas e de vilas operárias; mas não se sabe onde se fixarão os demais, que devem atrair milhares de pirralhos, possivelmente, aqueles que se aproveitam das ruas e praças para os seus brincos, mais ou menos esportivos. Bom Retiro, Bela Vista, Saracura Grande, Vila Mariana, Moóca, Santana, onde a população miúda é densa, ansiosamente esperam o cumprimento de promessas. Receamos que, daqui a pouco, não haja mais espaços para esses lugares fechados para diversões e movimentos livres. Se os mentores procedem devagar, demorando-se no exame dos prós e dos contras, os particulares prosseguem na sua faina atropelada, mas vitoriosa... Efetivamente, os arrabaldes crescem, e tendem a crescer ainda mais, porquanto, com toda essa prodigiosa atividade, não há acomodações para todos. A sua falta já se vai tornando crônica, o que desespera muitos dos habitantes das antigas várzeas de Piratininga. Onde instalar, ao depois, os parques infantis projetados? Depois, não será tão fácil. Pelos terrenos disponíveis, se os houver, pedirão somas enormes, obrigando os administradores gerais a litigar no foro com os especuladores das necessidades coletivas".¹³

Estes três depoimentos são ilustrativos da receptividade que tiveram os parques infantis. Há referências a oposições a eles, mas, não encontrei exemplos de depoimentos que fizessem restrições ou que criticassem as medidas da prefeitura no campo da educação e cultura. O último depoimento é particularmente interessante porque tem um caráter profético. Como previu o articulista, os especuladores agiram mais rapidamente do que a prefeitura. São Paulo cresceu desordenadamente, teve grandes "diretores de obras" como prefeitos, na expressão de Paulo Duarte referindo-se

11. *Revista do Arquivo Municipal* n.º 35 — Prefeitura do Município de São Paulo.

12. "O Estado de S. Paulo", 18/5/35.

13. "O Estado de S. Paulo", 1938.

a Prestes Maia e Faria Lima. Poderíamos dizer que São Paulo "inchou", mas não se "desenvolveu", já que cidade não deve significar apenas grandes avenidas, edifícios, calçamentos, mas principalmente "qualidade de vida" material, espiritual, cultural para seus habitantes. Enquanto o articulista dizia que havia necessidade de cento e vinte e cinco parques infantis em 1938, por ocasião da pesquisa na prefeitura para nossa dissertação de mestrado, em 1974, a estatística dava conta de que havia cento e dez parques. Enquanto os parques de cinquenta anos atrás podiam ter 20.000 metros quadrados, hoje há dificuldade de se encontrar áreas de 3.000 metros quadrados para construção das escolas municipais de educação infantil.

OBJETIVOS DOS PARQUES INFANTIS: EDUCAR, ASSISTIR, RECREAR

Ao invés de falar a respeito dos parques infantis a partir de uma perspectiva externa, com olhos críticos de hoje, preferimos dar uma idéia de seus objetivos recorrendo a manifestações de seus agentes.

Fábio Prado, Nicanor Miranda e Maria Aparecida Duarte nos ajudam, cada um trazendo elementos para que possamos compor um quadro dos objetivos dos parques cinquenta anos atrás.

Fábio Prado diz: "Os serviços dos parques infantis são orientados sob a tríplice função de assistir, educar e recrear a criança. Na educação física são realizados cursos sistematizados de ginástica e jogos apropriados. Simultaneamente procura-se inculcar hábitos higiênicos nas crianças, formando-se a consciência sanitária das mesmas. Estes trabalhos são realizados, como vimos, por instrutores especializados com assistência do médico que vai acompanhando o desenvolvimento físico e o estado de saúde dos pequenos. A educação intelectual é visada por meios exclusivamente recreativos. Uma atividade, cujo alvo é a educação intelectual e que vem sendo recebida com grande agrado pelas crianças é o desenho infantil, que acrescenta a outros jogos educativos como modelagem de argila realiza um trabalho educacional de real valor. Não podemos omitir a educação higiênica, dada a nesciência que as crianças revelam sobre os hábitos mais elementares de asseio e a influência de que muitas vezes estão impregnadas pelo meio de onde provêm. A educação moral, realmente a mais difícil de todas, dada a complexidade da vida do parque infantil, é realizada por métodos indiretos. Simultaneamente à educação social, são instituídas atividades que visam também à formação moral da criança... , inculcando-lhes suasoramente a idéia de autogoverno da qual os pequenos se tornam os mais fervorosos adeptos. A disciplina do parque é assegurada pelos próprios freqüentadores. Aos poucos, com o tempo, os parques infantis da Prefeitura foram melhorando com outras instalações necessárias. Primeiro, a assistência médica diária, em cada parque. As crianças principiaram a ser examinadas, isoladas e encaminhadas a tratamento de qualquer moléstia, principalmente

contagiosa. Ainda é preciso saber que hoje é fornecida alimentação aos que freqüentam esses jardins de alegria e de saúde. Apressou a efetivação disso, um pormenor interessante, que pouca gente sabe em São Paulo. Parece um absurdo, mas a verdade está aí demonstrada com as observações realizadas nos parques com um ano e pouco de funcionamento: quase setenta por cento das crianças pobres de São Paulo são subalimentadas... Mais ou menos setenta por cento das crianças pobres paulistas passam fome. Ante a verificação, não hesitou a Prefeitura, nem esperou mais o ano passado, ali por volta de agosto ou setembro, para abrir crédito extraordinário e inaugurar o copo de leite às crianças dos Parques. Primeiro só as mais desnutridas e débeis, hoje toda a criançada — afilhados muito queridos da Prefeitura — recebem o seu copo de leite e até a sua merenda".¹⁴

Nicanor Miranda apresenta um conceito de parque infantil: "Um parque infantil é um educandário ao ar livre, cuja finalidade é trazer ao conhecimento da criança os elementos da vida física, moral e intelectual sob forma exclusivamente recreativa".¹⁵

Ao falar do objetivo assistencial dos parques, diz ele: "Os salários dos pais das crianças são muito baixos; a alimentação que a criança recebe no lar é parca e errada; ministrar aulas de educação física, sessões de jogos, atividades motoras, dança, bailado, a crianças desnutridas é ir contra todos os princípios — não é preciso dizer científicos —, mas de simples bom-senso; ensinar a comer e dar de comer faz parte da educação moderna em todos os países que atingiram um elevado grau de civilização; é mil vezes preferível prevenir e curar, o que vale dizer que é preferível robustecer crianças sãs ou atacadas de moléstias secundárias a cuidar de futuros héticos, o que é mais difícil e mais dispendioso; os parques infantis, além de outras finalidades, devem ser centros de prevenção da tuberculose; as condições econômicas, higiênicas e morais que circundam a criança proletária, obrigam todo e qualquer serviço de educação pública a atacar todos os problemas, sem medir esforços ou sacrifícios, enfrentando-os corajosamente, sem rodeios ou preâmbulos. A educação é incompatível com a dissimulação, a falsidade e a mentira. A verdade é a estaca que sustenta a educação".¹⁶

Muito interessante são suas considerações a respeito da criança do campo e a criança da cidade: "Os parques infantis oferecem-lhes as oportunidades que teriam se vivessem no campo. A criança parqueana não escala montanha, mas sobe nas escadas verticais. Não trepa em árvores — porque ali se deve ensinar também o amor e o carinho para com as árvores

14. Entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", 3/3/36.

15. MIRANDA, Nicanor — Plano inicial da seção de parques infantis — In *Revista do Arquivo Municipal* n.º 21 — Prefeitura do Município de São Paulo.

16. MIRANDA, Nicanor — Bases científicas da alimentação nos parques infantis — In "O Estado de S. Paulo", 30/3/44.

— mas equilibra-se e caminha nas escadas horizontais, como se passasse de galho em galho nas árvores do campo. Não monta a cavalo, mas balança-se nos aparelhos e gira nos carrosséis. Não tem lameiros, mas pode manipular a argila branca. Não tem pelotas de barros para esculpir, mas desenha a areia dos tabuleiros. Não caça borboletas ou outros bichinhos, mas tem jogo organizado nos quais o impulso instintivo de caçar é satisfeito porque todas as modalidades de pegador são caça. Não atravessa riachos, mas brinca nos tanques de vadear. Não se banha nos rios, mas nada nas piscinas. Não rola nos prados, mas repousa à sombra dos arvoredos. Não se revolve nos declives dos cômodos, mas rebola nos gramados das áreas de jogos. Não desbrava o mato, nem penetra nas macegas, mas joga na gaiola gímnica. Não se entretém unicamente com brinquedos, nem tem os campos virgens, mas tem o sol, o ar livre, a areia, a água e, acima de tudo, companheiros para brincar. E tudo isso significa proporcionar à criança oportunidades para que possa crescer em meio da camaradagem, da alegria, preajustando-a à comunidade em que mais tarde irá viver".¹⁷

Finalmente, temos a concepção de parque infantil de Maria Aparecida Junqueira Duarte: "Educar a criança, recreando-a é o principal objetivo do parque Infantil. Seja ele instalado na Capital do Estado ou no mais pobre Município, a sua finalidade é a mesma: a educação sob todos os seus aspectos, físico, moral, social e intelectual, obtida pelo jogo — atividade normal da criança — e pelo brinquedo organizado".⁷⁸

Dentro de minha opção de apresentar pontos de vista de alguns personagens da história dos parques infantis, espero ter dado uma idéia geral do que eram essas instituições e qual seu significado. Eu poderia continuar apresentando outras manifestações, mas parece-me que estas são suficientes para dar uma idéia da amplitude e complexidade de seus objetivos, sua importância e necessidade. O tríplice objetivo de educar, assistir e recrear dá bem um retrato dessa instituição que recebia crianças de três a doze anos, pré-escolares (3-7 anos) ou escolares (7-12 anos), em tempo parcial ou integral. Além de instituição pré-escolar, foi também chamada de peri-escolar ou extra-escolar. Não se tratava de uma "escola" no sentido convencional do termo já que não tinha preocupações "didáticas". A concepção educacional de seus fundadores precisaria ser melhor analisada e compreendida. Vale a pena, por exemplo, uma reflexão a respeito de um pensamento de Mário de Andrade, em carta endereçada ao seu amigo Paulo Duarte: "Cumprir organizar os serviços, forçar a vitalidade dos museus e a criação de institutos culturais que ajam pelos processos educacionais extrapedagógicos que cada vez mais estão se tornando os mais capazes de

17. MIRANDA, Nicanor — A criança do campo e a criança da cidade. In *A harmonia entre o corpo e o espírito: ensaios de educação física* — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 78.

18. DUARTE, Maria Aparecida — Parques infantis no Estado de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal* n.º 77 — Prefeitura do Mun. S. Paulo, p. 303.

ensinar. O que há talvez de mais admirável na pedagogia contemporânea é o seu caráter, por assim dizer, antipedagógico".¹⁹

O cinquentenário dos parques infantis de São Paulo é uma oportunidade que não deve ser desperdiçada. Precisamos refletir a respeito dos caminhos e descaminhos da educação brasileira e, principalmente, dos caminhos e descaminhos da pré-escola. Os caminhos e descaminhos dos parques infantis, a sua evolução (ou involução como me dizia Paulo Duarte), o seu significado em 1935 e em 1985, a filosofia de educação que inspirou sua criação, a sua "ideologia", o contexto histórico, a concepção de criança de seus fundadores, a relação Estado-infância: aí estão algumas sugestões para debates.

CONCLUSÃO

Na comemoração dos cinquenta anos dos parques infantis, devemos prestar homenagens aos seus criadores e educadores que ajudaram na obra da educação de tantas crianças paulistanas. Felizes as crianças que puderam contar com o espaço, a atenção e o carinho das educadoras recreacionistas, educadoras musicais, educadoras sanitárias, instrutores, médicos e tantos outros profissionais empenhados na obra educacional, cultural e assistencial de amparo à criança.

A maior reverência que se pode prestar a essas educadoras, entretanto, é a valorização da obra que realizaram.

Não gostaria de ser lírico, nostálgico ou romântico a ponto de propor a volta dos parques infantis. A história não se repete. São Paulo de 1985 não é a mesma de 1935. Os tempos mudaram, mudou a cidade, mudou o mundo.

Não seria anacrônico, porém, dizer que o espírito dos fundadores dos parques continua atual. Amparar a infância é uma obra eterna. O reconhecimento dos direitos da criança deve-se traduzir em políticas, em obras, em destinação de recursos.

Embora admitindo a complexidade do "problema do menor" e não querendo dar-lhe interpretações simplistas e ingênuas, perguntamo-nos se a situação não seria diferente se oferecêssemos às crianças que perambulam pelas cidades, vendem flores ou doces nas esquinas, dormem nas calçadas, "educação, assistência e recreação". Por que não ampliarmos instituições de tempo integral onde as crianças possam receber não apenas tratamento "didático", mas integral, incluindo-se assistência alimentar, médica, odontológica e atividades lúdicas?

Perguntamo-nos se os parques infantis não poderiam realizar o que Celestin Freinet denominou "reservas infantis", concretizando-se o que

19. DUARTE, Paulo — Mário de Andrade por ele mesmo, p. 153.

poderíamos chamar de uma preocupação “ecológica”, expressão não existente há cinquenta anos, mas que estava presente na comparação que Nicanor Miranda faz entre a criança do campo e a criança da cidade. Os parques infantis poderiam então ser verdadeiras “reservas infantis”, devolvendo à criança da cidade o que ela perdeu com a “barbárie industrial” e a intensa urbanização da vida moderna.

Ainda que reconhecendo a complexidade dos problemas sociais, “de estrutura”, ainda que recusando soluções mágicas, panacéias, somos levados a nos entusiasmar e indagar: Quem sabe se esse não seria o caminho para termos uma infância mais feliz, adultos mais equilibrados, um mundo melhor.